

 **WEB JORNALISMO**

04

• WSCOM

7ª Vara Criminal da Capital enfrenta problemas com ausência de Defensores Públicos, reclamam familiares

<https://www.wsc.com.br/7a-vara-criminal-da-capital-enfrenta-problemas-com-ausencia-de-defensores-publicos-reclamam-familiares/>

Defensoria Pública reconhece defasagem para atender deficiência revelada pelo WSCOM

<https://www.wsc.com.br/defensoria-publica-reconhece-defasagem-para-atender-deficiencia-revelada-pelo-wsc.com/>

• CÂNDIDO NÓBREGA

Procurador da Secretaria Estadual da Fazenda visita DPE-PB

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/7761/2019/07/04/procurador-da-secretaria-estadual-da-fazenda-visita-dpe-pb>

Paraíba tem um déficit de 80 defensores públicos

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/7763/2019/07/04/paraiba-tem-um-deficit-de-80-defensores-publicos>

• ELTON SANTANA

Procurador da Secretaria Estadual da Fazenda visita DPE-PB

<http://eltonsantana.com.br/2019/07/04/procurador-da-secretaria-estadual-da-fazenda-visita-dpe-pb/>

• TÁ NA ÁREA

Procurador da Secretaria Estadual da Fazenda visita DPE-PB

<https://www.tanaarea.com.br/cotidiano/procurador-da-secretaria-estadual-da-fazenda-visita-dpe-pb/>

• ESTADO PB

Procurador da Secretaria Estadual da Fazenda visita DPE-PB

<https://estadopb.com.br/procurador-da-secretaria-estadual-da-fazenda-visita-dpe-pb/>

• FAROL CORPORATIVO

Procurador da Secretaria Estadual da Fazenda visita DPE-PB

<http://farolcorporativo.com.br/portal/procurador-da-secretaria-estadual-da-fazenda-visita-dpe-pb/>

Paraíba tem um déficit de 80 defensores públicos

<http://farolcorporativo.com.br/portal/paraiba-tem-um-deficit-de-80-defensores-publicos/>

• EXPERIÊNCIA JURÍDICA

Paraíba tem um déficit de 80 defensores públicos

<http://experienciajuridica.com.br/paraiba-tem-um-deficit-de-80-defensores-publicos/>

Procurador da Secretaria Estadual da Fazenda visita DPE-PB

<http://experienciajuridica.com.br/procurador-da-secretaria-estadual-da-fazenda-visita-dpe-pb/>

• PARAÍBA.COM

Procurador da Secretaria Estadual da Fazenda visita DPE-PB

<http://paraiba.com.br/2019/07/04/procurador-da-secretaria-estadual-da-fazenda-visita-dpe-pb/>

• REPÓRTER PB

Paraíba tem um déficit de 80 defensores públicos

<https://www.reporterpb.com.br/noticia/paraiba/2019/07/04/paraiba-tem-um-deficit-de-80-defensores-publicos/Para%C3%ADba%20te/92325.html>

• PB EM DESTAQUE

Procurador da Secretaria Estadual da Fazenda visita DPE-PB

<http://pbemdestaque.com.br/procurador-da-secretaria-estadual-da-fazenda-visita-dpe-pb/>

Paraíba tem um déficit de 80 defensores públicos

<http://pbemdestaque.com.br/paraiba-tem-um-deficit-de-80-defensores-publicos/>

Paraíba tem um déficit de 80 defensores públicos

<http://paraiba.com.br/2019/07/05/paraiba-tem-um-deficit-de-80-defensores-publicos/>



Defensoria Pública articula força-tarefa para combater violência doméstica e feminicídio

<http://paraiba.com.br/2019/07/05/defensoria-publica-articula-forca-tarefa-para-combater-violencia-domestica-e-feminicidio/>

• TÁ NA ÁREA

Paraíba tem um déficit de 80 defensores públicos

<https://www.tanaarea.com.br/cotidiano/paraiba-tem-um-deficit-de-80-defensores-publicos/>

• PORTAL DO LITORAL PB

Paraíba tem um déficit de 80 defensores públicos

<http://www.portaldolitoralpb.com.br/paraiba-tem-um-deficit-de-80-defensores-publicos/>

• ESTADO PB

Paraíba tem um déficit de 80 defensores públicos

<https://estadopb.com.br/paraiba-tem-um-deficit-de-80-defensores-publicos/>

• ELTON SANTANA

Paraíba tem um déficit de 80 defensores públicos

<http://eltonsantana.com.br/2019/07/05/paraiba-tem-um-deficit-de-80-defensores-publicos/>

Defensoria Pública articula força-tarefa para combater violência doméstica e feminicídio

<http://eltonsantana.com.br/2019/07/05/defensoria-publica-articula-forca-tarefa-para-combater-violencia-domestica-e-feminicidio/>

• PORTAL CORREIO

Paraíba possui déficit de 80 defensores públicos, alerta categoria

<https://portalcorreio.com.br/paraiba-possui-deficit-de-80-defensores-publicos/>

• PB HOJE

Defensoria Pública articula força-tarefa para combater violência doméstica e feminicídio

<https://www.pbhoje.com.br/noticias/65332/defensoria-publica-articula-forca-tarefa-para-combater-violencia-domestica-e-feminicidio.html>

• CÂNDIDO NÓBREGA

DPE-PB articula força-tarefa para combater violência doméstica e feminicídio

<https://www.reporterp.com.br/noticia/gerais/2019/05/16/90-das-mulheres-vitimas-de-feminicidio-nunca-buscaram-o-sistema-de-justica/90557.html>

• FAROL CORPORATIVO

DPE-PB articula força-tarefa para combater violência doméstica e feminicídio

<http://farolcorporativo.com.br/portal/dpe-pb-articula-forca-tarefa-para-combater-violencia-domestica-e-feminicidio/>

• EXPERIÊNCIA JURÍDICA

DPE-PB articula força-tarefa para combater violência doméstica e feminicídio

<http://experienciajuridica.com.br/dpe-pb-articula-forca-tarefa-para-combater-violencia-domestica-e-feminicidio/>

• ESTADO PB

Defensoria Pública articula força-tarefa para combater violência doméstica e feminicídio

<https://estadopb.com.br/defensoria-publica-articula-forca-tarefa-para-combater-violencia-domestica-e-feminicidio/>

• PORTAL DO LITORAL PB

Defensoria Pública articula força-tarefa para combater violência doméstica e feminicídio

<http://www.portaldolitoralpb.com.br/defensoria-publica-articula-forca-tarefa-para-combater-violencia-domestica-e-feminicidio/>

• PORTAL TV CARIRI

Defensoria Pública articula força-tarefa para combater violência doméstica e feminicídio

<https://www.portaltvcariri.com.br/defensoria-publica-articula-forca-tarefa-para-combater-violencia-domestica-e-feminicidio/>

Paraíba tem um déficit de 80 defensores públicos

<https://www.portaltvcariri.com.br/paraiba-tem-um-deficit-de-80-defensores-publicos/>

• TÁ NA ÁREA

Defensoria Pública articula força-tarefa para combater violência doméstica e feminicídio

<https://www.tanaarea.com.br/cotidiano/defensoria-publica-articula-forca-tarefa-para-combater-violencia-domestica-e-feminicidio/>

• PORTAL JURISTAS

DPE-PB articula força-tarefa para combater violência doméstica e feminicídio

<https://juristas.com.br/2019/07/05/dpe-pb-articula-forca-tarefa-para-combater-violencia-domestica-e-feminicidio/>

• PATOS METRÓPOLE

DPE-PB articula força-tarefa para combater violência doméstica e feminicídio

<https://www.patosmetropole.com.br/noticia/792/dpe-pb-articula-forca-tarefa-para-combater-violencia-domestica-e-feminicidio>

Paraíba tem um déficit de 80 defensores públicos

<https://www.patosmetropole.com.br/noticia/793/paraiba-tem-um-deficit-de-80-defensores-publicos>

• REPÓRTER PB

DPE-PB articula força-tarefa para combater violência doméstica e feminicídio

<https://www.reporterpb.com.br/noticia/gerais/2019/07/05/dpe-pb-articula-forca-tarefa-para-combater-violencia-domestica-e-feminicidio/Dpe/92360.html>

06

• PB NEWS

Procurador da Secretaria Estadual da Fazenda visita DPE-PB

<http://pbnews.com.br/paraiba/2019/07/procurador-da-secretaria-estadual-da-fazenda-visita-dpe-pb.html>

08

• CÂNDIDO NÓBREGA

Em Patos: Defensoria Estadual realiza esforço concentrado no Presídio Romero Nóbrega

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/7781/2019/07/08/em-patos-defensoria-estadual-realiza-esforco-concentrado-no-presidio-romero-nobrega>

• FAROL CORPORATIVO

Em Patos: Defensoria Estadual realiza esforço concentrado no Presídio Romero Nóbrega

<http://farolcorporativo.com.br/portal/em-patos-defensoria-estadual-realiza-esforco-concentrado-no-presidio-romero-nobrega/>

• EXPERIÊNCIA JURÍDICA

Em Patos: Defensoria Estadual realiza esforço concentrado no Presídio Romero Nóbrega

<http://experienciajuridica.com.br/em-patos-defensoria-estadual-realiza-esforco-concentrado-no-presidio-romero-nobrega/>

• PARAÍBA.COM

Defensoria Estadual realiza esforço concentrado no Presídio Romero Nóbrega em Patos

<http://paraiba.com.br/2019/07/08/defensoria-estadual-realiza-esforco-concentrado-no-presidio-romero-nobrega-em-patos/>

• PB NEWS

Em Patos: Defensoria Estadual realiza esforço concentrado no Presídio Romero Nóbrega

<http://pbnews.com.br/cidades/2019/07/em-patos-defensoria-estadual-realiza-esforco-concentrado-no-presidio-romero-nobrega.html>

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

GMF do Tribunal de Justiça vai realizar mutirões carcerários nas comarcas de Guarabira e Solânea

<https://www.tjb.jus.br/noticia/gmf-do-tribunal-de-justica-vai-realizar-mutiroes-carcerarios-nas-comarcas-de-guarabira-e>

09

• PATOS METRÓPOLE

Defensoria Estadual realiza esforço concentrado no Presídio Romero Nóbrega

<https://www.patosmetropole.com.br/noticia/826/defensoria-estadual-realiza-esforco-concentrado-no-presidio-romero-nobrega>

• ELTON SANTANA

Defensoria Estadual realiza esforço concentrado no Presídio Romero Nóbrega em Patos

<http://eltonsantana.com.br/2019/07/09/defensoria-estadual-realiza-esforco-concentrado-no-presidio-romero-nobrega-em-patos/>

• TÁ NA ÁREA

Defensoria Estadual realiza esforço concentrado no Presídio Romero Nóbrega em Patos

<https://www.tanaarea.com.br/cotidiano/defensoria-estadual-realiza-esforco-concentrado-no-presidio-romero-nobrega-em-patos/>

• ESTADO PB

Defensoria Estadual realiza esforço concentrado no Presídio Romero Nóbrega em Patos

<http://estadopb.com.br/defensoria-estadual-realiza-esforco-concentrado-no-presidio-romero-nobrega-em-patos/>

• CÂNDIDO NÓBREGA

Defensoria Pública Estadual projeta criar Núcleo de Proteção à Crianças e Adolescentes

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/7797/2019/07/13/defensoria-publica-estadual-projeta-criar-nucleo-de-protecao-a-criancas-e-adolescentes>

• FAROL CORPORATIVO

Defensoria Pública Estadual projeta criar Núcleo de Proteção à Crianças e Adolescentes

<http://farolcorporativo.com.br/portal/defensoria-publica-estadual-projeta-criar-nucleo-de-protecao-criancas-e-adolescentes/>

• EXPERIÊNCIA JURÍDICA

Defensoria Pública Estadual projeta criar Núcleo de Proteção à Crianças e Adolescentes

<http://experienciajuridica.com.br/defensoria-publica-estadual-projeta-criar-nucleo-de-protecao-criancas-e-adolescentes/>

• ELTON SANTANA

ELTON SANTANA - 15.07.19 Defensoria Pública Estadual projeta criar Núcleo de Proteção à Crianças e Adolescentes

<http://eltonsantana.com.br/2019/07/15/defensoria-publica-estadual-projeta-criar-nucleo-de-protecao-a-criancas-e-adolescentes/>

• ESTADO PB

Defensoria Pública Estadual projeta criar Núcleo de Proteção à Crianças e Adolescentes

<https://estadopb.com.br/defensoria-publica-estadual-projeta-criar-nucleo-de-protecao-a-criancas-e-adolescentes/>

• TÁ NA ÁREA

Defensoria Pública Estadual projeta criar Núcleo de Proteção à Crianças e Adolescentes

<https://www.tanaarea.com.br/cotidiano/defensoria-publica-estadual-projeta-criar-nucleo-de-protecao-a-criancas-e-adolescentes/>

• PARAÍBA.COM

Defensoria Pública Estadual projeta criar Núcleo de Proteção à Crianças e Adolescentes

<http://paraiba.com.br/2019/07/15/defensoria-publica-estadual-projeta-criar-nucleo-de-protecao-a-criancas-e-adolescentes/>

Moradores denunciam ação da Sedurb na Villa Nassau e PMPJ rebate; entenda

<http://paraiba.com.br/2019/07/15/moradores-denunciam-acao-da-sedurb-na-villa-nassau-e-pmjp-rebate-entenda/>

• PB NEWS

Defensoria Pública Estadual projeta criar Núcleo de Proteção à Crianças e Adolescentes

<http://pbnews.com.br/cidades/2019/07/defensoria-publica-estadual-projeta-criar-nucleo-de-protecao-a-criancas-e-adolescentes.html>

• GPS DA NOTÍCIA

Defensoria Pública Estadual projeta criar Núcleo de Proteção à Crianças e Adolescentes

<https://gpsdanoticia.com.br/defensoria-publica-estadual-projeta-criar-nucleo-de-protecao-a-criancas-e-adolescentes/>

• JORNAL DA PARAÍBA

Moradores denunciam ação da Prefeitura no Porto do Capim nesta segunda-feira

http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/moradores-denunciam-acao-da-prefeitura-no-porto-do-capim-nesta-segunda-feira.html

13

15

17

• PARAÍBA.COM

DPE-PB firma Termo de Cessão de Uso com o TCE-PB e recebe computadores

<http://paraiba.com.br/2019/07/17/dpe-pb-firma-termo-de-cessao-de-uso-com-o-tce-pb-e-recebe-computadores/>

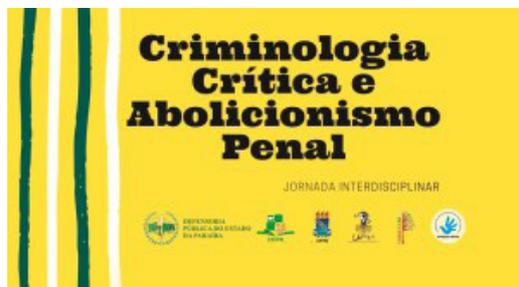
DPE-PB promove Jornada de Criminologia Crítica e Abolicionismo Penal

<http://paraiba.com.br/2019/07/18/dpe-pb-promove-jornada-de-criminologia-critica-e-abolicionismo-penal/>

• MAIS PB

DPE-PB promove evento sobre criminologia

<https://www.maispb.com.br/396471/dpe-pb-promove-evento-sobre-criminologia.html>



22

• EXPERIÊNCIA JURÍDICA

DPE-PB e CNJ se unem para levar cidadania e qualificação a apenados

<http://experienciajuridica.com.br/dpe-pb-e-cnj-se-unem-para-levar-cidadania-e-qualificacao-apanados/>

• PARAÍBA.COM

DPE-PB e CNJ se unem para levar cidadania e qualificação a apenados

<http://paraiba.com.br/2019/07/22/dpe-pb-e-cnj-se-unem-para-levar-cidadania-e-qualificacao-a-apanados/>

23

• JORNAL DA PARAÍBA

Defensoria Pública diz que secretária acusada de cobrar por atendimentos foi exonerada

<http://blogs.jornaldaparaiba.com.br/plenopoder/2019/07/23/defensoria-publica-diz-que-secretaria-acusada-de-cobrar-atendimentos-foi-exonerada/>

MP denuncia 'esquema' de cobrança por atendimentos na Defensoria Pública da Paraíba

<http://blogs.jornaldaparaiba.com.br/plenopoder/2019/07/23/mp-denuncia-esquema-de-cobranca-por-atendimentos-na-defensoria-publica-da-pb/>

Defensora diz que teve nome usado por ex-secretária em cobranças por atendimentos

<http://blogs.jornaldaparaiba.com.br/plenopoder/2019/07/23/defensora-diz-que-teve-nome-usado-por-ex-secretaria-em-cobranças-por-atendimentos-em-cg/>

• BLOG ELTON SANTANA

DPE-PB e CNJ se unem para levar cidadania e qualificação a apenados

<http://eltonsantana.com.br/2019/07/23/dpe-pb-e-cnj-se-unem-para-levar-cidadania-e-qualificacao-a-apanados/>

• G1 PB

TJPB aceita denúncia contra defensora pública e secretária acusadas de corrupção

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/07/23/tjpb-aceita-denuncia-contradefensora-publica-e-secretaria-acusadas-de-corrupcao-ghml>

• TÁ NA ÁREA

DPE-PB e CNJ se unem para levar cidadania e qualificação a apenados

<https://www.tanaarea.com.br/cotidiano/dpe-pb-e-cnj-se-unem-para-levar-cidadania-e-qualificacao-a-apanados/>

• PB NEWS

DPE-PB e CNJ se unem para levar cidadania e qualificação a apenados

<https://pbnews.com.br/cidades/2019/07/dpe-pb-e-cnj-se-unem-para-levar-cidadania-e-qualificacao-a-apanados.html>

24

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

GMF define mutirões para emissão de documentos de apenados dentro do Projeto Justiça Presente

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/gmf-define-mutiroes-para-emissao-de-documentos-de-apanados-dentro-do-projeto-justica>

• PORTAL TV CARIRI

Secretário de Saúde da Paraíba participa de Assembleia da CONASS que reuniu gestores de todo país em Brasília

<https://www.portaltvcariri.com.br/secretario-de-saude-da-paraiba-participa-de-assembleia-da-conass-que-reuniu-gestores-de-todo-pais-em-brasilia/>

• DIAMANTE ONLINE

TJPB aceita denúncia contra defensora pública e secretária acusadas de cobrar R\$ 3 mil para ajuizar ação

<https://www.diamanteonline.com.br/noticia/paraba/2019/07/24/tjpb-aceita-denuncia-contradefensora-publica-e-secretaria-acusadas-de-cobrar-r-3-mil-para-ajuizar-ao/21607.html>

• JORNAL DA PARAÍBA

Mutirões para emissão de documentos de presos vai começar pelo presídio do Róger

<http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/mutiroes-para-emissao-de-documentos-de-presos-vai-comecar-pelo-presidio-roger.html>

• POLÊMICA PARAÍBA

Defensora pública da PB acusada de cobrar para adiantar processos culpa secretária: 'Ela usou meu carimbo e falsificou minha assinatura'

<https://www.polemicaparaiba.com.br/polemicas/defensora-publica-da-pb-acusada-de-cobrar-para-adiantar-processos-culpa-secretaria-ela-usou-meu-carimbo-e-falsificou-minha-assinatura/>

SUS: Geraldo Medeiros participa de Assembleia em Brasília

<https://www.polemicaparaiba.com.br/politica/secretario-de-saude-da-paraiba-participa-de-assembleia-da-conass-que-reuniu-gestores-de-todo-pais-em-brasilia/>

25

• PARAÍBA.COM

Secretário de Saúde da Paraíba participa de Assembleia da CONASS que reuniu gestores de todo país em Brasília

<http://paraiba.com.br/2019/07/25/secretario-de-saude-da-paraiba-participa-de-assembleia-da-conass-que-reuniu-gestores-de-todo-pais-em-brasilia/>

• PB AGORA

Wilson Braga lamenta morte de Roosevelt Vita: "Era do tamanho do valor que tinha"

<https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/wilson-braga-lamenta-morte-de-roosevelt-vita-dizendo-que-ele-era-do-tamanho-do-valor-que-tinha/>

29

• PARAÍBA.COM

Grupo de Femicídio discute atendimento a crimes na Defensoria Pública

<http://paraiba.com.br/2019/07/29/grupo-de-femicidio-discute-atendimento-a-crimes-na-defensoria-publica/>



30

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Equipe do CNJ virá à Paraíba para acompanhar o desenvolvimento do Programa Justiça Presente

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/equipe-do-cnj-vira-a-paraiba-para-acompanhar-o-desenvolvimento-do-programa-justica-presente>

31

• POLÊMICA PARAÍBA

Representantes do CNJ virão à Paraíba acompanhar desenvolvimento do Programa Justiça Presente

<https://www.polemicaparaiba.com.br/politica/representantes-do-cnj-virao-a-paraiba-acompanhar-desenvolvimento-do-programa-justica-presente/>

• PARAÍBA ONLINE

ALPB retoma trabalhos com foco na produção e harmonia entre Poderes

<https://paraibaonline.com.br/2019/07/alpb-retoma-trabalhos-com-foco-na-producao-e-harmonia-entre-poderes/>

TELEVISÃO

23

• TV CABO BRANCO/ JPB1

Na Paraíba Defensoria Pública estaria cobrando por serviços que são de graça

http://g1.globo.com/pb/paraiba/jpb-1/edicao/videos/t/edicoes/v/na-paraiba-defensoria-publica-estaria-cobrando-por-servicos-que-sao-de-graca/7786912/?mais_vistos=1



Na Paraíba Defensoria Pública estaria cobrando por serviços que são de graça



TJ debate medidas socioeducativas em JP

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça da Paraíba se reuniu com representantes de vários órgãos públicos do Estado para apresentar e discutir o 'Eixo 2', do Programa Justiça Presente, voltado ao aperfeiçoamento e melhorias no cumprimento das medidas socioeducativas por jovens e adolescentes apreendidos. O encontro de trabalho aconteceu durante toda a manhã de ontem (2), na Sala Branca do TJPB. O GMF tem como coordenador o desembargador João de Brito Pereira Filho.

CNJ

A representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ana Pereira, coordenou a reunião e disse que todos os atores que dialogam diretamente com essa pauta foram ouvidos, com o propósito de fortalecer mecanismos capazes de melhorar as formas no cumprimento das medidas alternativas impostas aos jovens e adolescentes na Paraíba. "Na verdade, nós queremos conhecer a realidade do Estado e quais os principais gargalos a serem enfrentados, no sentido de repensarmos as práticas restaurativas e medidas inteligentes, sempre trabalhando o exercício da cidadania", comentou.

O juiz auxiliar da Presidência do TJPB, Rodrigo Marques, representou o presidente do Tribunal, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos. Segundo o magistrado, o Poder Judiciário tem como finalidade básica apurar os fatos e aplicar a consequência jurídica atinente ao acontecido. "Entretanto, existe uma sensibilidade dos

juizes dessa área em fazer com que as medidas socioeducativas aplicadas tenham um efeito pedagógico e ressocializador", comentou.

O coordenador do Centro de Apoio às Promotorias (CAOP), que atua na área da infância e juventude, promotor Alley Escorel, disse que veio conhecer os detalhes do Justiça Presente. "O Ministério Público tem o poder de fiscalizar e exigir que os direitos proclamados sejam de fato efetivados. E isso só é alcançado por meio de políticas públicas. Esse tema é extremamente importante e é preciso um acompanhamento por parte da sociedade e das autoridades constituídas", avaliou.

Número

De acordo com o presidente da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente 'Alice de Almeida' (Fundac), Naldo Belo Meireles, atualmente 441 jovens cumprem medidas judiciais, sendo que 379 cumprem medidas socioeducativas de internação e 23 adolescentes estão em situação de semiliberdade, totalizando 466 pessoas. "Segundo nossas estatísticas, a instituição concluiu o ano de 2016 com 638 jovens, tendo alcançado o número de 730, no mês de julho do mesmo ano. Em dezembro do ano passado estávamos com 495", revelou. No Estado existem oito unidades de internação, sendo sete masculinas e uma feminina.

Participantes

Estiveram presentes na reunião representantes da Defensoria Pública, Secretaria de Saúde, Secretaria da Educação, Empreender e Escolas Cidades Integrals.

MEDIDAS SOCIO EDUCATIVAS

Promotores discutem desafios do sistema

Promotores de Justiça de Defesa da Criança e do Adolescente participaram, na manhã desta terça-feira (2), na sede do Tribunal de Justiça da Paraíba, da primeira reunião interinstitucional promovida em âmbito nacional para discutir a implementação do eixo 2 do programa "Justiça Presente", que tem como objetivo aperfeiçoar e melhorar o sistema de medidas socioeducativas nos estados. O programa - que é estruturado em cinco eixos (a maioria deles voltada ao sistema carcerário) - vem sendo implementado no país pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o apoio do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud) e Ministério da Justiça, para enfrentar o "quadro de desordem

estrutural que caracteriza o sistema prisional brasileiro e o socioeducativo".

Participaram da reunião o desembargador do TJPB, Joás de Brito Pereira Filho; juízes; representantes da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (Fundac;

Defensoria Pública e secretarias de Educação e Saúde do Estado. Pelo MPPB, participaram os promotores de Justiça Alley Escorel (que coordena o Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente) e Catarina Gaudêncio, da área infracional.

DELIBERAÇÕES

> Dentre as deliberações, ficaram definidos que o CNJ vai articular a disponibilidade de atendimento de saúde mental aos adolescentes e a inserção dos adolescentes no mercado de trabalho. A Fundac solicitou apoio da Defensoria Pública para viabilizar a emissão de novos documentos. Também foi sugerido que os Centros de Referência em Assistência Social (Cras) tenham equipes exclusivas para acompanhar os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. Outras reuniões serão realizadas.

EDINAL DO ARRILHO / AGÊNCIA-T



Reunião. Representantes do MPPB e do TJ e de outras instituições discutem socioeducação na PB.

Monitoramento de apenados em debate

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça da Paraíba esteve reunido ontem, para concluir o texto de um provimento, que contém dez recomendações voltadas aos juízes das Varas de Execução Penal, em todo o Estado. Durante a reunião, também foi apresentado o projeto de monitoramento eletrônico de terceira geração para apenados, que dispensa a tornozeleira eletrônica e passa a utilizar um aparelho semelhante ao smartphone. O encontro de trabalho aconteceu no gabinete da Presidência do TJPB, sob a coordenação do desembargador Joás de Brito Pereira Filho, coordenador do GMF.

"Fizemos um fechamento do provimento, que considero de extrema importância para o sistema de Justiça. Sobre o novo projeto de monitoramento de presos, classificado como um avanço adequado. É um sistema mais seguro e eficaz. Ainda sobre o provimento, o texto foi aprovado por todos e acredito que seja publicado o mais rápido possível", explicou o desembargador Joás de Brito.

De acordo com o coordenador do GMF, o provimento considerou a atual situação do sistema carcerário do Estado, verificada mediante as inspeções re-

gulares e durante os mutirões carcerários. A iniciativa tem, ainda, como base, o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na Súmula Vinculante nº 56, e no julgamento do Recurso Extraordinário nº 641.320/RS.

O relator do provimento, juiz titular da Vara de Execuções Penais da Comarca de Sapé, Anderley Ferreira Marques, informou que para editar as normas foram consideradas as propostas apresentadas pelos juízes de Execuções Penais em seis reuniões do grupo. "Também consideramos as disposições das 'Regras de Mandela', aprovadas pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em outubro de 2015", justificou.

Segundo um dos representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e consultor do Eixo 1, do Programa Justiça Presente, Olímpio Rocha, a efetivação das audiências de custódia em toda a Paraíba foi outro ponto de destaque da reunião. "Neste primeiro momento, estamos na fase de levantamento de dados e fazendo as pesquisas necessárias voltadas aos percentuais dos presos que são, eventualmente, soltos, os que têm prisão preventiva decretada e os que estão cumprindo medidas cautelares", comentou.

Ele informou, ainda, que

esse diagnóstico do Estado, servirá para que, em um segundo momento, junto ao Poder Judiciário, sejam efetivadas as audiências de custódia em todas as comarcas. Atualmente, quase 13 mil pessoas estão presas nas penitenciárias e cadeias públicas da Paraíba.

O juiz corregedor do TJPB, Marcos Salles, afirmou que a Corregedoria Geral de Justiça tem trabalhado em total harmonia com as diretrizes do CNJ. Segundo ele, é preciso humanizar o sistema carcerário paraibano, sempre dialogando com os juízes e juízas que lidam diretamente com a Execução Penal. "O atual sistema ainda está no antigo modelo de crime e castigo, esquecendo da recuperação, que é a função social primordial da pena, sem contudo, se afastar dos aspectos punitivos", ressaltou.

O magistrado enfatizou, também, que em visitas aos presídios e cadeias públicas tem constatado deficiências, que muitas vezes violam regras humanitárias. "Dentro dessa perspectiva, nós temos dialogado com a Defensoria Pública, Ministério Público, com a Secretaria de Administração Penitenciária e o Poder Executivo, no sentido de contribuir com a humanização do sistema carcerário paraibano", destacou.



Participantes da mesa

Ainda compuseram a mesa os magistrados Rodrigo Marques, auxiliar da Presidência; Lillian Cananea, titular da Vara de Execuções Penais de Santa Rita; Vlademir Nobrega, substituto da Vara de Execuções Penais de Campina Grande; Caroline Silvestrini, juíza titular da Vara de Execuções Penais de Sousa, e Flávia Fernanda Aguiar, titular das Execuções Penais de Guarabira.

Idealizador do novo sistema

O juiz titular da Vara de Sucessões da Comarca de Campina Grande, Bruno Azevedo, é o idealizador do novo sistema de monitoramento de apenados e foi ele que fez a apresentação aos membros do GMF. Conforme o magistrado, trata-se de uma evolução do projeto de monitoramento eletrônico que começou há 11 anos, com o uso das tornozeleiras, no qual ele foi o idealizador. "Diante dos avanços tecnológicos, nós aproveitamos esse pioneirismo da tornozeleira e aceitamos o desafio da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) de apresentar uma evolução desse sistema", explicou.

O novo sistema foi desenvolvido em parceria com uma empresa privada especializada nesse segmento, e está sendo chamado de 'monitoramento eletrônico de terceira geração'. Bruno Azevedo explicou que, além da localização, o sistema permite uma análise facial do indivíduo e faz chamadas aleatórias ao longo do dia. Além do mais é uma tecnologia avançada e mais barata que a tornozeleira eletrônica, essa plataforma também permite a ressocialização. "Por meio do smartphone podemos disponibilizar aula a distância, livros para leitura e acompanhar o perfil do apenado. Isso demonstra uma evolução muito interessante", frisou.

Arquivo
Acesse

Estado investe em políticas de proteção aos direitos humanos

Criação do MEPCT e implantação de projetos sociais contribuem para a prevenção e o combate à tortura

Iluska Cavalcante
cavalcanteiluska@gmail.com

A Paraíba tem andado na contramão da situação do país e priorizado políticas públicas em favor dos direitos humanos, como o combate à tortura. Além de ter um Comitê de Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba (CPCT/PB), o Estado também é um dos primeiros a ter um Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT/PB). Apesar de ser uma imposição da Convenção da ONU Contra a Tortura, no Brasil, além da Paraíba, o órgão foi criado apenas no Rio de Janeiro, Rondônia e Pernambuco.

A tortura é um assunto que voltou a ser falado com mais frequência nos dias atuais, e ainda precisa ser combatida dentro dos locais de privação de liberdade, como prisões, unidades socioeducativas e instituições de longa permanência. O mecanismo

antitortura na Paraíba, formado pelos peritos Olímpio Rocha, Breno Marques e Olívia Almeida, trabalha em inspeções nesses locais. Eles verificam se há indícios ou provas de violações aos direitos humanos e se há prática de tortura. Além disso, o órgão busca levantar problemas apontados pelos funcionários, agentes socioeducativos e agentes penitenciários e, através de relatórios encaminhados às autoridades competentes, é iniciada uma investigação, são instaurados inquéritos ou ajuizadas ações civis para solucionar os problemas encontrados.

Apesar de ser um órgão vinculado ao Governo do Estado, o MEPCT é independente em suas investigações. "É preciso dizer que agimos com total autonomia e liberdade, pois somos três peritos aprovados num processo público de prova, análise curricular e entrevista, entre mais de 50 candidatos de alto gabarito

e formação, para um mandato de três anos, renovável por mais três anos", explicou Olímpio.

O procurador Regional dos Direitos do Cidadão, José Godoy, participou do processo seletivo para os peritos do MEPCT e ressaltou que, na Paraíba, é possível agir de forma livre, sem interferências do Governo Estadual. "O mecanismo do Estado da Paraíba se encontra totalmente à vontade para trabalhar sem sentir nenhum tipo de pressão. Não houve nenhuma indicação, as pessoas que passaram fizeram provas de nível altíssimo, o que fez com que a gente tenha condições de atuar".

Ele enfatizou que o Estado tem crescido cada dia mais nos direitos essenciais aos cidadãos, com uma segurança pública que se preocupa em combater os casos de violência policial. "Eu vislumbro isso no meu dia a dia. Colegas procuradores da República que atuam em outros estados

dizem: 'Na Paraíba, vocês têm avançado pontos impressionantes'. Seja a criação do mecanismo, seja a forma transparente e direta com que atua o comandante da Polícia Militar ou com que o secretário da Segurança Pública tem buscado responder aos questionamentos quando há suspeitas ou casos de violência policial. A forma como eles se preocupam em tomar providências", relata.

Godoy afirma ainda que dos próprios gestores municipais é cobrada responsabilidade no campo dos direitos humanos. "Eu vejo que eles buscam dialogar, isso me chama a atenção como a Paraíba tem sido um Estado interessante nesse assunto", comemora.

Além disso, recentemente, os presídios do Estado e as unidades socioeducativas acabaram com as chamadas revistas vexatórias, graças ao uso de aparelhos de scanner corporal. "Esse é um fato muito relevante que sempre foi uma luta muito

grande do Ministério Público Federal e das defensorias", comentou Godoy.

Diálogo e mediação

De acordo com a coordenadora do Comitê de Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba (CPCT/PC), Leilane Soares, as denúncias de tortura na Paraíba têm diminuído nos últimos anos. Ela ressalta que o diálogo e a mediação com as Secretarias de Segurança Pública e da Administração Penitenciária, as Polícias Civil e Militar para a implantação de projetos que melhoram o serviço têm sido o motivo da queda nos casos de tortura.

Desde 2016, o CPCT desenvolve um trabalho de acompanhamento dos sistemas de privação de liberdade e da atuação dos agentes de segurança, que são a maioria citada nas denúncias de tortura. "Na Paraíba, eu creio que a situação esteja, de certa forma, caminhando para o reco-

nhecimento da garantia de direitos e proteção destes. Nós estamos tendo abertura dos órgãos de segurança pública para a proposição de projetos e sua implantação, porém, ainda existem casos que demandam a nossa atenção. Tanto o comitê quanto as instituições que dele fazem parte estão trabalhando para diminuir os relatos de violações e trazer melhorias no cumprimento das sanções nas unidades de privação de liberdade e garantir à população a defesa dos seus direitos, garantidos constitucionalmente."

A Paraíba é um dos quatro estados do Brasil a ter cumprido determinação da ONU e criado o mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura

TJPB vai realizar dois mutirões carcerários

O Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), vai realizar mais dois mutirões carcerários, no interior do Estado. O primeiro esforço concentrado será no Presídio Regional da Comarca de Guarabira 'João Bosco Carneiro', e terá início no mês de agosto. O outro mutirão acontecerá no Presídio de Solânea (Cadeia Pública). Estará à frente dos trabalhos a juíza titular da 1ª Vara Mista de Santa Rita e coordenadora dos Mutirões Carcerários na Paraíba, Lilian Cananea. O GMF é coordenado pelo desembargador Joás de Brito Pereira Filho.

A magistrada informou que no presídio de Guarabira tem uma população carcerária de mais de 400 presos, entre provisórios e definitivos. "A expectativa é de que consigamos atender em torno de 300 apenados dessa unidade prisional", adiantou. Sobre os trabalhos de Solânea, a juíza disse que ainda não tem data definida, mas terá início tão logo seja concluído o mutirão em Guarabira.

Sobre os mutirões carcerários, a juíza informou que eles serão realizados nos mesmos moldes dos anteriores, ou seja, transferindo os trabalhos da Vara de Execução Penal competente para dentro dos presídios, com a presença de um juiz, um promotor e de um defensor público. Nessa oportunidade, os presos terão os seus prontuários e guias de recolhimento avaliados. "A direção do presídio, por sua vez, declara se o preso tem bom comportamento ou não e, finalmente, o promotor de Justiça dá seu parecer oral, após o pedido da Defensoria Pública, e a decisão é imediata, tanto para conceder o benefício de progressão de regime, como de livramento condicional", explicou Lilian Cananea.

Com relação aos crimes dos apenados, a coordenadora do Mutirão Carcerário enfatizou que são muitos os tipos de delitos praticados, mas as condenações mais comuns são em relação aos crimes patrimoniais, ou seja, roubo e os relacionados ao tráfico de drogas.

Curso de Adoção

TJPB registra aumento no número de participantes

Saltou de 64 para 80 o número de participantes no Curso Preparatório de Adoção, promovido, em João Pessoa, pela 1ª Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça da Paraíba. A capacitação teve início ontem, no auditório da Faculdade Maurício de Nassau, e se encerra na noite de hoje, com o objetivo de orientar as pessoas que desejam adotar uma criança ou adolescente.

De acordo com a psicóloga do Setor de Guarda da Vara da Infância e Juventude, Gorette Abrantes, a participação no curso é um pré-requisito obrigatório para a adoção, exigido pelo Conselho

Nacional de Justiça (CNJ). A capacitação é realizada por polos (João Pessoa, Campina Grande, Sousa, Patos, por exemplo), ocorrendo, geralmente, três vezes por ano.

Muitas informações são agregadas aos pretendentes, podendo gerar mudanças de percepções sobre o assunto, conforme vem observando a psicóloga ao longo dos cursos. "As pessoas chegam com muita vontade de adotar, mas sem as noções do processo. A capacitação as prepara, oferecendo suporte teórico, psicológico, jurídico e educativo, orientações sobre o que ler em relação à matéria. Muitas vezes, elas mudam o perfil a

respeito das crianças desejadas e lidam melhor com as questões que envolvem a adoção", analisou.

A abertura foi feita pelo juiz titular da unidade e coordenador da Infância e Juventude da Capital, Adhailton Lacet, e por membros da Defensoria Pública e do Ministério Público, que levaram os aspectos jurídicos da prática.

Durante o curso, os pretendentes também vão ter acesso a conteúdos relacionados aos aspectos pedagógicos, sociais e psicológicos, bem como as experiências de pessoas que adotaram. Ainda participarão de oficinas e de rodadas de perguntas.

Direitos humanos

Vítimas devem procurar Conselho para denunciar

Beatriz de Alcântara
Especial para A União

Previstos em várias leis, convenções, acordos e tratados internacionais - inclusive, a própria Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948 - os direitos humanos protegem indivíduos e grupos contra ações que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana. Eles são inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

É também dever de cada nação ter as suas próprias leis que garantam que os direitos humanos serão respeitados e colocados em prática. A Constituição Federal de 1988, no Brasil, é um dos mais emblemáticos documentos de garantia aos direitos humanos.

Na Paraíba, o Conselho Estadual de Direitos Humanos (Cedhpb) é o órgão que recebe denúncias relativas à

violação desses direitos. De acordo com a presidente do Cedhpb, Guiany Coutinho, "as principais violações denunciadas são as do sistema penitenciário e socioeducativo. Também a questão da moradia e das ocupações; violência policial, violência obstétrica, violência contra idosos e de pessoas que têm sofrimentos mentais". Além, também da questão lgbtqi+.

As denúncias dessas violações são feitas por telefone, e-mail ou também em ida direta à sede do Cedhpb. O conselho faz atendimento, encaminhamento, inspeção, denúncia, mas não só isso. A presidente do Cedhpb explica que também "há orientação, recomendação e acompanhamento de situações ligadas à promoção dos direitos humanos". Além disso, o Conselho Estadual também é responsável por fazer audiência pública com enfoque nos assuntos relacionados à causa dos direitos humanos, suas promoções e violações.

A sala do Cedhpb está localizada no Centro de João Pessoa, no edifício Bonfim, na Rua Maximiliano de Figueiredo. O atendimento acontece de segunda a sexta-feira, durante o turno da manhã, onde está à disposição uma servidora para as notificações e para agendar os atendimentos. A cada 15 dias, nas manhãs de segunda-feira, acontece uma reunião com os membros.

Institucionalmente, o Conselho Estadual de Direitos Humanos funciona com 18 entidades que devem apresentar a cada dois anos um titular e um suplente. Entre essas entidades estão: Ministérios Públicos Federal, Estadual e do Trabalho; Defensorias Públicas Estadual e da União; Secretarias de Desenvolvimento Humano, de Segurança Pública e de Administração Penitenciária; Pastoral Carcerária; Movimento do Espírito Lilás, Fundação Margarida Maria Alves e Ordem dos Advogados do Brasil.

VILA SANHAUÁ

Moradores denunciam PMJP por demolições

Da Redação

Moradores da Vila Nassau, que fica no bairro do Varadouro, área central da Capital, denunciaram que a Prefeitura de João Pessoa (PMJP) teria invadido o local e demolido cons-

truções sem consentimento dos proprietários. As reclamações foram feitas ontem.

Em entrevista ao Correio Debate, da Rede Correio SAT, os moradores alegaram que a PMJP vem descumprindo acordos sobre novas moradias e que a ação desta segunda foi trucu-

lenta. "A prefeitura tinha feito um acordo de construir as casas em um local. Hoje eles vieram e derrubaram um portão. Em março, eles vieram com a proposta de casas na Saturnino de Brito. Não queremos ir para lá porque lá não é nosso espaço. Faz muitos anos que a gente

mora aqui e nossas casas têm que ser construídas na comunidade", afirmou Maria da Penha, moradora da Vila Nassau.

Por outro lado, a PMJP explicou, por meio de nota, que apenas retirou entulhos e podou árvores, em cumprimento de ordens do Ministério Pú-

blico da Paraíba (MPPB) e da Defensoria Pública. A ação da Prefeitura faz parte da criação do Parque Sanhauá.

"A operação realizada na manhã desta segunda na comunidade Vila Nassau aconteceu para retirar entulhos das casas que já foram demolidas,

com a anuência dos proprietários, além de poda de árvores, seguindo recomendação do Ministério Público Federal e Defensoria Pública União".

Essa recomendação que a PMJP se referiu foi dada pelo MPPB e a Defensoria Pública da União (DPU) no dia 13 de junho.

*Faça o que é certo,
ainda que
ninguém veja!*

11º CONCURSO DE DESENHO E REDAÇÃO

CONCURSO DE
Desenho e Redação

Impasse. Moradores afirmam que Prefeitura agiu sem consentimento. Em nota, PMJP alega que cumpria ordens

PMJP é notificada por crime ambiental no Porto do Capim

Agentes derrubaram árvores em volta do mangue e moradores chamaram a polícia ambiental, que embargou a obra

Iluska Cavalcante
iluskacavalcante@gmail.com

A Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) foi notificada, na manhã de ontem, por cometer um crime ambiental durante a execução da obra para a construção do Parque Ecológico Sanhauá. A Polícia Ambiental de João Pessoa foi chamada pelos moradores da comunidade Porto do Capim, após a prefeitura entrar no local, destruir o portão de um dos moradores e derrubar algumas árvores em volta do mangue no Rio Sanhauá. Até que a situação seja regularizada, a obra fica embargada.

Segundo o tenente Marcos, do Batalhão da Polícia Ambiental, ao chegar no local, os policiais encontraram agentes da prefeitura que haviam acabado de derrubar árvores em uma Área de Preservação Ambiental (APP). Eles não conseguiram comprovar que haviam autorização para realizar aquele serviço. "Foi solicitado que eles mostrassem essa auto-

rização, mas eles só tinham uma autorização para retirar entulhos, por parte da Defensoria Pública. Disseram depois que havia uma autorização da Semam, mas a que eles mostraram era muito ampla", explicou o tenente.

Após não apresentar o documento, a PMJP foi notificada. O prazo para regularizar a situação é entre cinco e dez dias. Caso isso não ocorra, o governo municipal será autuado e processado por crime ambiental. Além disso, a obra será embargada por tempo indeterminado.

O tenente Marcos enfatizou que, apesar dos policiais terem precisado gerenciar a situação entre a revolta dos moradores e a prefeitura, tudo ocorreu de forma pacífica. "Eles fizeram isso sem consultar os órgãos ambientais e nem os moradores. Cometeram dois crimes, um civil, por derrubar o portão particular, e outro ambiental, por desmatar árvores em APP. Os moradores estavam apenas reivindicando os seus direitos", disse.



Dona Maria Guiomar, de 85 anos, conta que agentes da Prefeitura arrancaram o portão da casa dela, que dá acesso ao mangue, sem pedir autorização

Critério do Ministério da Justiça



A reunião entre o Conselho Penitenciário e o Conselho de Coordenação Penitenciária do Estado discutiu avanços na coleta e inserção de perfis genéticos

Paraíba avança na coleta de dados para inserção em banco de perfil genético

Discutir avanços na coleta e inserção de perfis genéticos da Paraíba em um banco de dados nacional (Rede Integrada de Banco de Perfil Genético) foi o principal tema da reunião entre o Conselho Penitenciário e o Conselho de Coordenação Penitenciária do Estado, que aconteceu, ontem, na sede da Secretaria da Segurança e da Defesa Social (Sesds), no bairro de Mangabeira, em João Pessoa. A medida faz parte dos critérios exigidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública aos es-

tados, para distribuição de verbas federais.

De acordo com o secretário da Segurança e Defesa Social, Jean Nunes, que é membro permanente do Conselho Penitenciário, as discussões confirmam a afinidade e integração de vários atores do Sistema de Justiça Criminal. "Secretaria da Segurança e da Defesa Social e Secretaria de Administração Penitenciária, com os integrantes dos conselhos, tratando de diversos temas que são comuns às duas pastas, devendo avançar, inclusive, nos pré-requisitos que foram esta-

belecidos pelo Governo Federal por meio da Portaria 631/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para que os estados recebam repasse de recursos fundo a fundo, entre eles a coleta de material genético e a alimentação de um banco de dados. Estamos trabalhando nesse sentido", destacou Jean Nunes.

O secretário da Administração Penitenciária, Sérgio Fonseca, que preside o Conselho Penitenciário da Paraíba (CPE/PB) e o Conselho Estadual de Coordenação Penitenciária (CECF), exaltou a impor-

tância da duas secretarias caminharem lado a lado e que ações como essas são fundamentais para o sistema de segurança pública do Estado.

A reunião contou com representantes da Polícia Civil, com o Instituto de Polícia Científica (IPC), Polícia Federal, Polícia Militar, Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria Federal, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, representantes do Sistema Prisional, além dos demais integrantes de ambos os conselhos.

Cidania. O coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do TJPB, desembargador Joás de Brito, e o defensor-geral, Ricardo Barros, trataram sobre mutirões para resolver o problema de apenados sem documentação civil.

BIOMETRIA E DOCUMENTAÇÃO CIVIL

Definido mutirão em presídios

O coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, e o defensor público-geral do Estado, Ricardo Barros, participaram de uma reunião na sede da Defensoria Pública da Paraíba, onde foi definida a realização de mutirões, para resolver o problema de apenados sem documentação civil. A iniciativa faz parte do Projeto 'Justiça Presente', do CNJ.

Foram estabelecidos diálogos voltados a diminuir o impacto do encarceramento, diante do crescimento da população carcerária, e promover ações de cidadania dentro das unidades prisionais. "Após algumas reuniões e visitas aos presídios, foi identificada a necessidade dos



EDNALDO ARAÚJO

Ação. Problema de documentação civil de apenados é discutido

esforços concentrados. A proposta do mutirão para a emissão de documentação, em 2019, é de iniciativa do Poder Executivo e da Defensoria Pública do Estado", disse Joás de Brito.

O encontro de trabalho, que aconteceu no dia 22, teve a participação da representante do CNJ, Ana Pereira, e da subdefensor-geral Madalena Abrantes,

além de defensores que atuam nas unidades prisionais.

Ficou acordado que a primeira ação terá um viés de cidadania. O objetivo é de, até o final de 2020, seja realizada a biometria e retirada a documentação civil de todos os apenados para compor uma base de dados única, com informações da população carcerária (datiloscópicos

e fotográficos) registradas no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU).

Segundo Ana Pereira, o primeiro desses mutirões está previsto para setembro no Presídio Desembargador Flóscolo da Nóbrega (Presídio do Róger), em João Pessoa. "Foram estabelecidas conexões entre representações do Governo do Estado, a exemplo das Secretarias de Administração Penitenciária e de Desenvolvimento Humano, para a emissão da documentação civil da pessoa privada de liberdade", explicou. Ainda ficou definido que, em um segundo momento, serão desenvolvidas atividades laborais nos presídios, qualificação técnica e encaminhamento dos apenados para o mercado de trabalho, quando dos regimes aberto, semiaberto e pós-cárcere.

Na Defensoria Pública



Integrantes da Defensoria Pública do Estado, em João Pessoa, participaram das discussões dos protocolos de atendimento dos crimes de feminicídio tentado e consumado

Grupo de Feminicídio discute procedimento a crimes

O Grupo Interinstitucional de Feminicídio da Paraíba, criado para investigar, processar e julgar, com perspectiva de gênero, as mortes violentas de mulheres (feminicídios), reuniu, ontem, integrantes da Defensoria Pública do Estado, em João Pessoa, para discutir os protocolos de atendimento dos crimes de feminicídio tentado e consumado.

O grupo de trabalho, coordenado pela Secretária da Mulher e da Diversidade Humana, foi instituído por meio de decreto governamental nº 38.838. A coordenadora do Núcleo da Defensoria da Mulher, Fátima Diniz, apresentou o proto-

colo do atendimento propondo atuar nos processos de feminicídio no Tribunal do Júri na defesa das famílias das vítimas, ou seja, na acusação.

O diretor geral do Instituto de Polícia Científica (IPC), Marcelo Burity, e a perita criminal Grábiella Nobrega reapresentaram os protocolos oficiais que também serão integrados ao Protocolo Paraibano para investigar, processar e julgar os crimes.

O Grupo de Feminicídio assegura a qualificação do enfrentamento da violência contra mulheres na Paraíba em diálogo com as ações do Programa Paraíba Unida

pela Paz, que visa à diminuição dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) de mulheres no Estado.

Conforme a secretária da Mulher e da Diversidade Humana, Gilberto Soares, até setembro será entregue um relatório com diretrizes e protocolos estaduais que vão ajudar as instituições envolvidas atuarem nas investigações, processos e julgamentos dos casos.

"O grupo se reúne mensalmente e muitas instituições já apresentaram os protocolos, como a Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público e agora a Defensoria Pública

que se propõe a atuar junto às famílias das vítimas. As reuniões são orientadas pelo documento com as diretrizes nacionais produzido pela ONU Mulheres Brasil", explica a secretária.

Gilberto Soares explica que cada organização envolvida está compartilhando como está trabalhando e apresentando sugestões sobre como o Estado precisa atuar seguindo as diretrizes. "Estamos estudando a aplicação das diretrizes nacionais por parte dos/das profissionais responsáveis pela investigação e pela persecução penal de mortes violentas de mulheres por razões de gênero, além

de elaborar orientações e linhas de atuação para melhorar a atuação destes profissionais que possam intervir durante a investigação, o processo e o julgamento das mortes violentas de mulheres", disse a secretária.

Estiveram presentes a coordenadora geral das Delegacias de Atendimento à Mulher do Estado (Coordeam/PB), Maira Félix, e a suplente Renata Matias; representando a delegacia geral, a perita do IPC, Grábiella Nóbrega; a promotora de Justiça da Mulher, Rosane Araújo; a representante do Movimento de Mulheres da Paraíba, Hildevânia Macêdo, entre outras.

Projeto nacional

Equipe do CNJ virá à PB acompanhar desenvolvimento do Justiça Presente

Representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estarão em João Pessoa -PB, nos dias 8 e 9 de agosto, para acompanhar o desenvolvimento do Programa Justiça Presente, no âmbito do Tribunal de Justiça da Paraíba e das instituições estaduais envolvidas. O projeto é formado por quatro eixos: sistemas eletrônicos; propostas e alternativas ao superencarceramento; políticas de cidadania; e sistema socioeducativo. Cada eixo se desdobra em diversas ações e produtos, que são desenvolvidos com o apoio de coordenadores e assessores especializados alocados nas 27 unidades da Federação.

Uma equipe ligada aos Eixos I, III e IV vai acompanhar o desenvolvimento das atividades do Escritório Social, que tem o objetivo de prestar assistência às pessoas que cumpriram penas ou estão próximas a deixar a penitenciária. Deve, ainda, tratar sobre as audiências de

custódia e o processo de biometria e documentação civil dos apenados em todo o Estado. O Justiça Presente tem a finalidade de fortalecer a política pública para enfrentamento dos problemas do sistema penitenciário. O programa é fruto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Reuniões sistemáticas estão sendo realizadas no TJPB, que tem tomado medidas efetivas voltadas à implantação do projeto. As ações já geram resultados em todas as frentes de atuação.

Na Paraíba, os trabalhos envolvem o Tribunal de Justiça e Secretarias da Administração Penitenciária, Administração e da Segurança e Defesa Social, Ministério Público estadual, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PB), Conselho Penitenciário, dentre outros órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo.

Márcio Murilo

O presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, afirmou que, desde fevereiro, foi iniciado um trabalho em equipe, visando implementar metas do programa. "Estamos juntos para tentar atenuar os problemas do sistema carcerário e possibilitar mais oportunidade de cidadania ao egresso", destacou.

Joás de Brito

Conforme o coordenador estadual do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do TJPB, desembargador Joás de Brito Pereira Filho, a iniciativa do CNJ é de muito valor e o Poder Judiciário estadual resolveu abraçar essa ação desde o início. "Já começamos com a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), que vai dar mais agilidade no cumprimento das penas. Com relação ao Escritório

Social, estamos empenhados na sua implantação e efetivação", acrescentou o magistrado.

Ana Pereira

Segundo a representante do CNJ e responsável por coordenar o Justiça Presente no Estado, Ana Pereira, entre os principais diferenciais do Plano Executivo Estadual voltado para a Paraíba estão a preocupação com todo o ciclo penal, a consolidação de experiências anteriores exitosas do Conselho Nacional Justiça e o desenho de intervenções customizadas à realidade de cada Estado, construídas em estreita colaboração com os atores locais para garantir a efetividade e sustentabilidade das soluções. "Além disso, o protagonismo do Judiciário é incentivado na mesma proporção da construção de redes envolvendo os demais atores da execução penal, como Executivo e sociedade civil", informou.